

ANAIS DO
V SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

**PORTOS, ROTAS E
COMÉRCIO**

VOLUME I

XXXV
Coleção da *Revista de História*
sob a direção do Professor
E. Simões de Paula.



São Paulo — Brasil
1971

ROTAS, PORTOS, COMÉRCIO E O URBANISMO HELENÍSTICO — O CASO DE ALEXANDRIA (*). (Resumo).

ULPIANO BEZERRA DE MENESES.

Do Museu de Arte e Arqueologia e do Departamento de
História da Universidade de São Paulo.

1. — O urbanismo conhece fase de intensa atividade no início do período helenístico, no mundo cujos horizontes Alexandre fixara bem além dos quadros limitados das cidades-estado gregas (fim do século IV-século II a. C.). Tratava-se, por um lado, de adaptar essas antigas cidades tradicionais às exigências provocadas pelo declínio da *polis* e pela instauração de nova ordem política, econômica e social. Por outro lado, mais que ajustes e refações, tratava-se, também, de criar novas implantações urbanas destinadas a garantir condições para a manutenção e desenvolvimento desse mundo em expansão.

A instalação de cidades novas foi, assim, preocupação explícita e sistemática na política do macedônico e de seus sucessores. Com efeito, tanto para fornecer apoio militar, quanto para aliviar regiões superpovoadas da Grécia, assim como, especialmente, para assegurar o estabelecimento e ampliação de novas rotas de comércio, foi em núcleos urbanos que se concentrou a atenção, mesmo quando simples guarnições, entrepostos e núcleos de colonização poderiam ter resolvido o problema. Haveria nisso, talvez, reflexo do intuito primitivo (e nem sempre respeitado) de helenização que, por sua própria natureza, referia-se a valores transmissíveis apenas em contexto urbano. Raro foi o monarca helenístico que deixou de ligar seu nome a dezenas de cidades novas. Basta lembrar Seleucos I que tem a seu crédito a fundação de quase 60 delas.

2. — Alexandria é talvez o caso mais interessante de cidade helenística, pois ao mesmo tempo que caracteriza o fenômeno geral e define as grandes linhas das cidades então erigidas, apresenta, ainda, a muitos títulos, aspectos de especificidade bem marcada.

(*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 5 de setembro de 1969 (Nota da Redução).

Construída a partir de 332-331 a. C., aproveita as lições do urbanismo hipodâmico, com o acréscimo de um caráter acentuado de monumentalidade, justificado pelas condições próprias em que se desenvolverá a casa real lágida: nem é de estranhar, por isso, que o palácio real e suas inúmeras e diversificadas dependências ocupassem 1/4 ou mesmo 1/3 da área urbana.

3. — Alexandria, entretanto, ao que parece, não foi, desde o início, projetada para centro administrativo. Sòmente sob Ptolomeu I (323-285) é que a capital se transfere de Mênfis. Sua posição e imp'antação já lhe indicam a vocação portuária: junto ao delta do Nilo, em sua parte ocidental, estendendo-se num braço de terra entre a ilha de Faros, no Mediterrâneo — a proteger larga entrada dividida por um dique em duas porções — e o lago Mareotis, dispõe, assim, de dois portos externos (o comercial e o real-militar) e um interno que, por intermédio de canais, se comunicava com o Nilo, vale dizer, com o Mar Vermelho.

4. — Apesar de medidas como o monopólio monetário, a proibição de certas exportações, a existência de tarifas protecionistas, etc., foi impossível ao Egito ptolemaico manter os quadros da “autarcia” que tipificava a economia anterior e que foi, em todos os reinos helenísticos, uma barreira (embora frágil), ao desenvolvimento livre do comércio. A própria introdução da economia monetária dá bem a medida das imposições do momento e das novas necessidades propostas por um poder centralizante que fazia do fausto e do aparato um dos seus instrumentos de afirmação e que, praticando rigoroso dirigismo estatal, transformava o Egito em propriedade particular destinada a produzir renda. Daí ter Alexandria vindo a ser o único pôrto egípcio que, juntamente com os portos fenícios ou palestinos sob contrôle lágida, disputava aos selêucidas as rotas da Índia, Arábia e África oriental, às quais se somavam as rotas de comércio interno com a Grécia continental e as monarquias helenísticas. Produtos de importância capital, como o trigo e o azeite, escoavam de Alexandria, assim como o papiro, o incenso, perfumes e óleos aromáticos, especiarias, linho, tecidos de algodão, vidros, faianças, torêutica, mosaicos, etc., originários do Egito ou transportados até aí para posterior redistribuição. As importações, principalmente vinho, madeiras, minério de ferro e produtos de luxo, da mesma forma, entravam por Alexandria.

5. — Ora, apenas sua importância como pôrto — então o único, no Egito, merecedor do nome — é que sustentava uma situação absolutamente artificial em que a maior e mais grandiosa cidade helenística, a mais populosa e ativa se debatia. Verdeiro quisto na costa setentrional do Egito, contando com estruturas e estilo de vida ra-

dicalmente diversos do resto do país (a *chôra*), grega apesar do cosmopolitismo e tentativas de assimilação dos indígenas, Alexandria nasce, desenvolve-se e atua aproveitando-se do Egito, mas à margem dêle, sem integrar-se: Alexandria *pròs Aigyptoi* ou *kat' Aigypton* (*ad Aegyptum*) “junto ao Egito”, é o significativo nome por que a designaram os gregos e, posteriormente, os romanos.

* *
*

INTERVENÇÃO.

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL de Assis. SP).

Solicita do Autor os seguintes esclarecimentos e afirmações:

1. — Se a política de Alexandre e seus sucessores foi a de instalar cidades novas no Oriente, porque no Egito foi fundada, praticamente, uma *polis*, Alexandria? O Autor fala de outras; gostaria que as citasse.

2. — O Autor disse que o Egito helenístico pretendia manter a economia anterior, ao que se refere a uma restrição ao comércio internacional. Isso não parece ter ocorrido, se aceitarmos a consciência que tinha o governo de sua ligação com a super-estrutura grega.

3. — Diz que temos de rever o nosso conceito de *polis*: não apenas a aparência urbanística ou política, mas fruto de determinadas relações com meios de produção, como pretendeu ter demonstrado na sua tese: “O Egito helenístico: judeus em Alexandria”.

* *
*

RESPOSTA DO PROFESSOR ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES.

Ao Prof. *Jaime Pinsky*.

1. — Diz que falar-se de *polis*, sem especificações, referindo-se a cidades helenísticas, é, quando menos, uma impropriedade. Alexandria, especialmente, não apresenta nem o conteúdo político, nem econômico, nem social de uma *polis* clássica como Atenas. E nem mesmo, conseqüentemente, a fisionomia urbana correspondente. Acredita, por outro lado, ter ficado patente o caráter de *novidade* de Alexandria, mesmo no confronto com outras cidades novas do mundo helenístico. Não foram mencionadas outras cidades implantadas

no Egito ptolemaico porque, tal como sucedeu com Ptolemais, por exemp'o, não chegaram a ter um mínimo de expressão.

2. — O que, na verdade, foi afirmado (com fundamentação, para o Egito, na extensíssima documentação papirológica), é que a *tendência* à “autarcia” é *sensível* na política econômica dos soberanos helenísticos em geral e também entre os lágidas (donde algumas das medidas apontadas), mas absolutamente destituída de eficácia. E não por qualquer “consciência que tivesse o govêrno de sua ligação com a super-estrutura grega” mas sim, justamente, pela ruptura do tipo de economia fechada, adaptada à *polis* clássica. A introdução da economia monetária no Egito, aliás, foi salientada como índice de mudança significativa e da adaptação às necessidades impostas por um definido mercantilismo capitalista.

Os estudos clássicos, a respeito, de Rostovzeff, Bevan, Préaux, ainda não foram invalidados por documentos supervenientes ou reinterpretções renovadoras.

3. — Desconhece, infelizmente, o trabalho “O Egito helenístico: judeus em Alexandria”. Assim, não vê em que deva ser revisto o conceito de *polis*. Nunca foi êle reduzido, ao que lhe conste (mesmo em autores hoje distantes como Glotz), a mera “aparência urbanística ou política”. Diga-se de passagem, aliás, que falar-se em estrutura urbana ou implantação urbana implica realidade bem mais complexa e diversificada que a simples “aparência urbanística” ou o desenho de prancheta. Mesmo manuais, como os de Petit, Lévêque, Chamoux, Cary, Bengston — para citar apenas os mais usuais entre nós — nunca escamotearam tal complexidade ou reduziram a *polis* a um conceito jurídico ou fisionomia material. Por outro lado, as obras que mais diretamente tratam do assunto, como Jones, Ehrenberg, Finley, Will, Mossé, nunca deixaram de fazer apêlo a relações determinadas pelos meios de produção, para caracterizar a *polis* grega. Cumpre notar, contudo, que os últimos estudos de história econômica grega, como os de Claude Mossé ou os apresentados nos recentes Simpósios de História Econômica de Aix, demonstram que são relativamente pouco significativas as diferenças existentes entre os meios de produção da Grécia clássica e do período subsequente.

De qualquer maneira, é preciso reafirmar que a realidade urbana e a fisionomia urbana se alteram, na época helenística (e Alexandria é testemunho importante) em virtude da própria alteração do sentido da *polis*.